

HABEAS CORPUS Nº 515.271 - PR (2019/0167666-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **NATHAN FELIPE DE SOUZA VIGINOTTI E OUTROS**
ADVOGADOS : **ANGELO MATTOS NADAL - PR049854**
: **NATHAN FELIPE DE SOUZA VIGINOTTI - PR081973**
: **MAIKON IGLESIAS - PR085655**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**
PACIENTE : **WELISSON BUCHER DONATO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WELISSON BUCHER DONATO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0025527-69.2019.8.16.0000)

Segundo consta dos autos, o paciente teve sua prisão preventiva decretada e foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro, porque, (e-STJ fl. 63):

(...). No dia 15 de agosto de 2018, por volta de 19h00min, na Rua Valdevina Rodrigues dos Santos, Jardim Arapongas, neste Município e Comarca de Castro/PR, os denunciados, DIERLON LUCAS COSTA e WELISSON BUCHER DONATO, com vontade e consciência, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, um aderindo ao ânimo do outro, ambos com inequívoca intenção de matar (animus necandi). efetuaram um golpe com instrumento pérfuro-cortante (arma branca do tipo faca) contra o peito da vítima Cristiano Gomes Pilat, provocando-lhe 01 (um) ferimento pérfuro-cortante na região superior direita do abdômen, lesão esta descrita no laudo de exame de necropsia de fls. 68/70, que provocou hemorragia interna aguda, causa efetiva de sua morte. (...).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Na presente oportunidade, a defesa alega que há excesso de prazo para formação da culpa, pois o paciente encontra-se preso desde 13/2/2019, sem que a instrução tenha se iniciado. Sublinha que há desídia do Juízo singular.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

Em que pese o esforço da defesa, há deficiência de instrução na espécie, porquanto não foi colacionado o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, indispensável para autorizar o exame do *habeas corpus*, nos termos do art. 105, inciso II, da Constituição Federal.

É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que o *habeas corpus*, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta à dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído (HC n. 317.882/RJ, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 18/8/2015, DJe 31/8/2015).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *writ*, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator